

PROFESSORES COM DEFICIÊNCIA QUE TRABALHAM EM ESCOLAS RURAIS NO ESTADO DO PARANÁ: UMA ANÁLISE DO CENSO ESCOLAR

Táisa Grasiela Gomes Liduenha Gonçalves

Natália Gomes dos Santos

Jéssica Germano

Eixo Temático: Educação Especial na Educação no Campo

Categoria: Pôster

Introdução

O objetivo desta pesquisa é analisar a quantidade de professores com deficiência que trabalham na Educação Básica em escolas rurais no estado do Paraná. Para tanto, examinamos o banco de dados de docentes do Censo da Educação Básica do ano de 2013, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação.

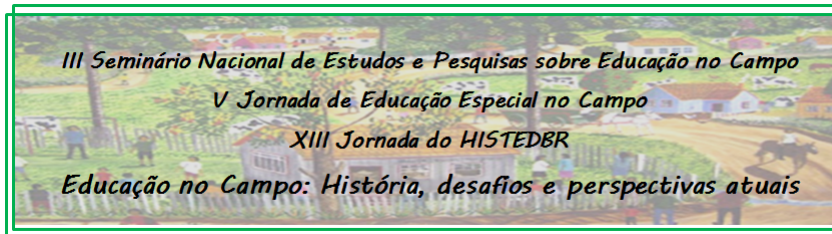
Pautando-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394 (BRASIL, 1996) a Educação Especial é uma modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades.

A Educação Especial desde sua origem não apresentou uma proposta de educação escolar pensada para a pessoa com deficiência enquanto direito. Ao contrário, baseou-se fortemente nos atendimentos clínicos, com foco em consertar os defeitos dos deficientes, sob o domínio da filantropia (BUENO, 1993; FERREIRA, 1995). Além disso, estudos apontam que a Educação Especial é essencialmente urbana com silenciamento acadêmico no que se refere às áreas rurais (CAIADO; MELETTI, 2011; CAIADO; GONÇALVES, 2013).

No estado do Paraná, a Educação Especial também apresenta uma história pautada fortemente na filantropia, sendo publicada recentemente a Resolução 3600/2011 (GS/SEED, 2011), que autoriza a:

[...] alteração na denominação das Escolas de Educação Especial para Escolas de Educação Básica, na modalidade de Educação Especial, com oferta de Educação Infantil, Ensino Fundamental – anos iniciais, Educação de Jovens e Adultos – Fase

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



I, e Educação Profissional/Formação inicial, a partir do início do ano letivo de 2011. (GS/SEED, 2011)

Estudos mostram que a maioria das instituições especiais não apresenta um caráter pedagógico formal e sistematizado, ao contrário, defendem uma perspectiva clínica, em que priorizam o treino do indivíduo (FERREIRA, 1995; JANNUZZI, 2006; MELETTI, 2008). Neste contexto, questionamos sobre as dificuldades vivenciadas na trajetória escolar de pessoas com deficiência que conseguiram concluir o ensino superior e que trabalham na Educação Básica no estado do Paraná.

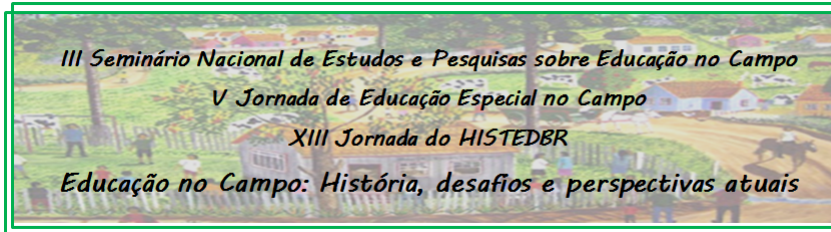
Com a relação à Educação do Campo, os movimentos sociais foram essenciais para a sua construção porque buscaram ao longo de sua história, arraigados a lutas, a garantia do direito à educação, para que possam se instrumentalizar e assim, intervir na realidade (CARVALHO; ARAÚJO, 2012).

Os dados de realidade nos mostram que há pessoas com deficiência que vivem no campo e há alunos com deficiência que vivem no campo e estão matriculados em escolas da área rural ou urbana (CAIADO; MELETTI, 2011; CAIADO; GONÇALVES, 2013).

A partir de 2012 foram disponibilizadas pelos microdados do censo escolar da educação básica (MEC/INEP) informações sobre os docentes com deficiência. Deste modo, consideramos de suma importância analisar os dados de docentes com deficiência que trabalham na Educação Básica em escolas rurais no estado do Paraná por demonstrar o sucesso escolar desses sujeitos que certamente traz marcas de muita luta diante das situações adversas que vivenciaram.

Caminhos metodológicos

Este estudo baseou-se nos fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica, que compreende a educação escolar como instrumento de transformação social. Esta teoria considera a especificidade da escola e os trabalhos tecidos neste lócus como relevantes para o desenvolvimento humano, possibilitando aos sujeitos a superação da sociedade capitalista. É por meio dos conhecimentos científicos que os indivíduos compreendem as contradições



sociais, e assim se fortalecem para luta pela construção de uma sociedade sem exploração e desigualdades (SAVIANI, 2000).

Nesta perspectiva, verifica-se a relevância de analisar a quantidade de professores com deficiência no estado do Paraná, visto que superaram as desigualdades impostas socialmente, realizaram seus estudos, por meio da apropriação de conhecimentos científicos e atuam na educação escolar. Para a realização deste estudo sobre os docentes utilizamos os indicadores sociais que “prestam-se a subsidiar as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo [...] e permitem o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais” (JANNUZZI, 2005, p. 138).

Os microdados da educação básica são organizados em quatro categorias: matrículas, escola, turma e docentes. Para este estudo analisamos os dados de docentes do estado do Paraná do ano de 2013, com base na leitura e tratamento estatístico do Software IBM SPSS (Statistical Package for the Social Sciences).

Os dados foram analisados na perspectiva da unidade entre qualidade e quantidade, visto que são indissociáveis, pois por meio dos dados quantitativo realiza-se uma reflexão histórica e social da realidade estudada (FERRARO, 2012).

Resultados e Discussão

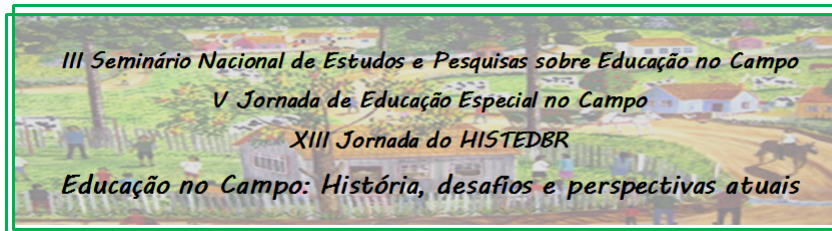
A tabela 1 mostra o número de professores com necessidades educacionais especiais (NEE) que trabalham na Educação Básica no estado do Paraná.

Tabela 1: número de professores que trabalham na Educação Básica no estado do Paraná

Total de professores com NEE	Professores com NEE que trabalham em escolas rurais	Professores que trabalham em escolas rurais segundo a deficiência				
		Cegueira	Baixa visão	Deficiência auditiva	Deficiência física	Deficiência intelectual
643	36	1	16	4	14	1

Fonte: Elaboração das autoras com base no Censo Escolar da Educação Básica: microdados, MEC/INEP (2013).

Os dados apontam que no estado do Paraná havia 643 professores com NEE no ano de 2013. Deste modo, diante das contradições tecidas no bojo da sociedade capitalista, as quais



constituem desigualdades e exclusão social, encontram-se pessoas que apesar de todas as barreiras sociais obtiveram sucesso escolar e concluíram o ensino superior.

Com base nos dados, afirmamos a presença de 36 professores com NEE trabalhando na Educação Básica em escolas rurais no estado do Paraná. Acreditamos que as trajetórias escolares desses sujeitos foram circunscritas por lutas e superações. Uma vez que, o estudo de Caiado, Berribille e Saraiva (2013) ao analisar a trajetória escolar de pessoas com deficiência apontam dentre as dificuldades: os descasos públicos, os quais não possibilitaram acesso arquitetônico, transporte escolar adaptado e formação de professores. Entretanto, nos relatos de vida destas pessoas com deficiência verifica-se a importância do envolvimento das famílias, professores e colegas que contribuem para a efetivação desta escolarização.

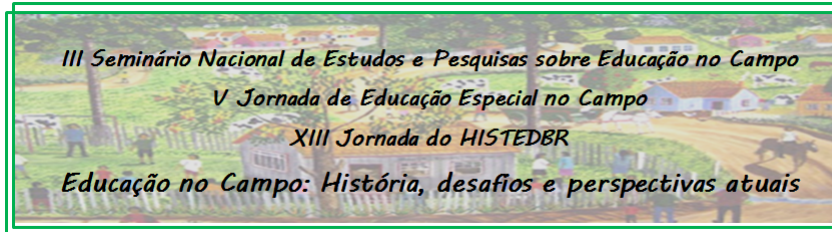
Outro estudo sobre a trajetória de professores com deficiência, com o intuito de compreender o percurso escolar, a formação e o acesso à docência aponta a relevância do envolvimento familiar na escolarização desses sujeitos. Vale destacar que os professores em todo o trajeto escolar atribuíram importância à educação formal, que proporcionava a apropriação dos conhecimentos científicos. Além disso, a escolarização possibilitou melhorias na vida social e inserção no mundo profissional dos professores com deficiência (VIANA, 2008).

Ao especificar as deficiências dos professores que trabalham em escolas rurais no Paraná, notamos que a maioria (44,4%) possui baixa visão. Em seguida, 38,9% são professores com deficiência física. Cabem aqui, os seguintes questionamentos: Quais as condições vivenciadas por esses sujeitos na atuação docente? Ainda deparam por limitações e barreiras?

Por fim, destacamos que docentes com deficiência superaram obstáculos construídos no meio social, obtiveram sucesso acadêmico e são profissionais da educação que necessitam de apoios que permitam a prática pedagógica.

Considerações Finais

Percebemos que a realidade educacional vivenciada por pessoas com deficiência ainda é pouco discutida nas produções científicas acadêmicas brasileiras conforme demonstrado



pelo estudo de Orlando e Caiado (2014). Para que esse quadro se altere, é necessário que as pesquisas acadêmicas rompam com esse silêncio e problematizem as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência em seu processo de escolarização, pois atualmente ainda há muitas pessoas com deficiência sem o direito à escola e ao atendimento educacional especializado, apesar da preconização em documentos e políticas públicas do país.

A presença de professores com deficiência trabalhando na Educação Básica no estado Paraná, no campo e na cidade, aponta avanços conquistados. Contudo, ainda existem muitas questões que precisam ser discutidas: as condições de trabalho dos docentes, formação inicial e continuada dos docentes, infraestrutura, dentre outras questões que envolvem o cotidiano da escola pública.

Referências

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Censo Escolar da Educação Básica – 2013**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/levantamentos/microdados.asp>> Acesso em: 17 ago. 2015.

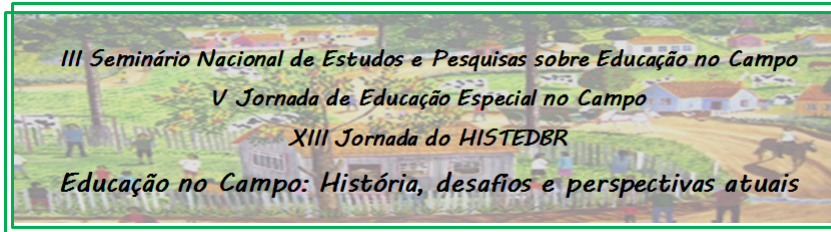
BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração/ segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.

CAIADO, K. R. M.; GONÇALVES, T. G. G. L. Educação especial em escolas do campo: Análise de um município do estado de São Paulo. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 13, p. 179-193, 2013.

CAIADO, K. R. M.; MELETTI, S. M. F.; Educação Especial na Educação do Campo: 20 anos de silêncio no GT 15. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.17, ed. Esp., 2011.

CAIADO, K. R. M.; BERRIBILLE, G. R. ; SARAIVA, L. A. Educação e deficiência na voz de quem viveu essa trama. In:CAIADO, Katia Regina Moreno (Org.) **Trajetórias escolares de alunos com deficiência**. São Carlos: SP. EduFSCar, 2013.

CARVALHO, L. F. O.; ARAÚJO, M. N. R. **A experiência da UNEB Campus X em EJA no âmbito do PRONERA (1999-2010)**. In: Territórios Educativos na Educação do Campo: Escola, Comunidade e Movimentos Sociais. ANTUNES-ROCHA, M.I.; MARTINS, M de F. A., MARTINS, A. A (orgs.), Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.



- FERRARO, A. R. **Quantidade e qualidade na pesquisa em educação, na perspectiva da dialética marxista.** Pro-Posições, Campinas, v. 23, n. 1 (67), p. 129-146, jan./abr. 2012.
- FERREIRA, J. R. **A exclusão da diferença: a educação do portador de deficiência.** 3 ed. Piracicaba: UNIMEP, 1995.
- JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público.** Brasília, 2005.
- JANNUZZI, G. M. **A Educação do Deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.** 2. Ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2006.
- MELETTI, S. M. F. Políticas de educação inclusiva e a instituição especializada na educação da pessoa com deficiência mental. **Ciências & Cognição (UFRJ)**, v. 13, p. 199-213, 2008.
- PARANÁ. SUED/SEED. Resolução 3.600/2011. Autoriza a alteração na denominação das Escolas de Educação Especial para Escolas de Educação Básica, na modalidade de Educação Especial. 2011.
- SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações.** Campinas: SP. Autores Associados. 2000.
- VIANA, E. A. A trajetória de escolarização e acesso à profissão docente de professores deficientes no ensino público de São Paulo. In: BUENO, José Geraldo Silveira (Org.) **Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise.** Araraquara: SP. Junqueira&marin. 2008.